

Agência Goiana de Gás Canalizado - Goiasgás

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Agência Goiana de Gás Canalizado - Goiásgás

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência Goiana de Gás Canalizado - Goiásgás ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Goiana de Gás Canalizado - Goiásgás em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que, atualmente, a operação da Companhia é limitada. Para que sua operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Estado de Goiás com a construção de um gasoduto de transporte de gás natural, cujo projeto se encontra em andamento. Até que esse projeto seja concluído, os acionistas proverão os recursos necessários para a manutenção da operação.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

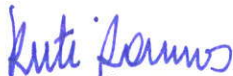
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 17 de março de 2017

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.



Ruti Amaral Ramos Bomfim
Contadora
CRC nº 1 RJ 048044/O-8 "T" BA

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A. - GOIASGÁS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	394	582	Fornecedores	11	214	111
Contas a receber	5 e 14	89	68	Obrigações sociais e trabalhistas		12	20
Estoques	6	52	53	Impostos a recolher		2	6
Impostos a recuperar	7	27	18	Royalties a pagar	18	-	2
Outros créditos		23	18	Outras obrigações a pagar		4	4
Total dos ativos circulantes		585	739	Total dos passivos circulantes		232	143
NÃO CIRCULANTES				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Realizável a longo prazo:				Capital social	12	5.234	5.234
Impostos a recuperar	7	63	53	Reserva de capital		733	733
Imobilizado	8	9	10	Prejuízos acumulados		(5.472)	(5.106)
Intangível	9	70	73	Total do patrimônio líquido		495	861
Diferido	10	-	129				
Total dos ativos não circulantes		142	265				
TOTAL DOS ATIVOS		727	1.004	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		727	1.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A. - GOIASGÁS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA	15	2.321	2.075
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	16	(2.150)	(1.864)
LUCRO BRUTO		<u>171</u>	<u>211</u>
DESPESAS OPERACIONAIS Gerais e administrativas	16	(592)	(515)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(421)</u>	<u>(304)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		60	70
Despesas financeiras		(5)	(4)
Total	17	<u>55</u>	<u>66</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(366)</u>	<u>(238)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$		<u>(0,12)</u>	<u>(0,08)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A. - GOIASGÁS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(366)	(238)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(366)</u>	<u>(238)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A. - GOIASGÁS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	5.234	733	(4.868)	1.099
Prejuízo do exercício	-	-	(238)	(238)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>5.234</u>	<u>733</u>	<u>(5.106)</u>	<u>861</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(366)	(366)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>5.234</u>	<u>733</u>	<u>(5.472)</u>	<u>495</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A. - GOIASGÁS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(366)	(238)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	16	134	163
Valor residual do imobilizado baixado	8	-	1
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(21)	25
Estoques		1	(22)
Impostos a recuperar		(19)	(14)
Outros créditos		(5)	2
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		103	12
Obrigações sociais e trabalhistas		(8)	9
Impostos a recolher		(4)	(1)
Royalties a pagar		(2)	2
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(187)</u>	<u>(61)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições ao imobilizado	8	<u>(1)</u>	<u>(8)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1)	(8)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(188)</u>	<u>(69)</u>
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	4	582	651
No fim do exercício	4	394	582
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(188)</u>	<u>(69)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A. - GOIASGÁS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. – Goiasgás (“Companhia”) foi constituída em 24 de julho de 2001, com autorização da Lei Estadual nº 13.641, de 9 de junho de 2000, e tem por objeto social a exploração dos serviços de gás canalizado, entendendo-se como tal a distribuição e comercialização de gás natural e de outras origens, utilizando para a prestação desses serviços as vias terrestres e fluviais, além de outras atividades correlatas, necessárias para a distribuição do gás em todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima, petroquímica, fertilizante ou como oxirreductor siderúrgico, seja para geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A Companhia poderá também efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte, além de exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros, e participar do capital de outras sociedades, visando ao êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 12 de setembro de 2031, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

A Companhia entrou em operação em 29 de novembro de 2006, por meio do suprimento de Gás Natural Liquefeito - GNL, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Estado de Goiás, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que a sua operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Estado de Goiás por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. Até que o projeto seja concluído, os acionistas proverão os recursos necessários para a manutenção da operação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionados.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetivas, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

No caso da Companhia compreende:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data das demonstrações financeiras, ajustados por perdas estimadas, se necessário.

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.1.2. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de Balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetivas é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

3.2. Estoques

São avaliados ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de perdas estimadas, constituídas em caso de desvalorização, obsolescência e perdas de inventário físico.

3.3. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pela concessionária como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as disposições das Resoluções CFC nº 1.003/10, nº 1.261/09 e nº 1.318/10, que aprovaram, respectivamente, o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão, de acordo com o item 42 da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

3.4. Diferido

Os valores constantes no Ativo Diferido representam gastos pré-operacionais que foram incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em dez anos pelo método linear. De acordo com a Lei nº 11.941/09, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização.

3.5. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social é reconhecida trimestralmente e é baseada no lucro tributável, apurado de acordo com o "Lucro Real". De acordo com esse regime de tributação são excluídas as receitas e as despesas tributáveis ou dedutíveis de outros períodos de apuração, além de excluir e/ou adicionar itens não tributáveis ou não dedutíveis, respectivamente, de forma permanente.

As provisões para o imposto de renda e a contribuição social são reconhecidas no fim de cada trimestre no passivo da Companhia e são constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e de 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões definidas pela legislação fiscal.

3.6. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.7. Reconhecimento da receita

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador o controle, os riscos e os benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

3.8. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, clientes e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme evidenciada na nota explicativa nº 17.

3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O ativo intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requeressem ajustes para perda por redução do valor de recuperação.

3.10. Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: perda estimada para realização dos estoques e perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos não circulantes, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	65	37
Aplicações financeiras	<u>329</u>	<u>545</u>
Total	<u>394</u>	<u>582</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs no Banco do Brasil S.A., remuneradas pela variação média de 88% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER

Referem-se a contas a receber do cliente Petrobras Distribuidora S.A.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Gás Natural Liquefeito - GNL	<u>52</u>	<u>53</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	77	53
Outros	<u>13</u>	<u>18</u>
Total	<u>90</u>	<u>71</u>
Circulante	27	18
Não circulante	<u>63</u>	<u>53</u>
Total	<u>90</u>	<u>71</u>

8. IMOBILIZADO

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
SalDOS em 31 de dezembro de 2014	6	(1)	5
Adições	8	(2)	6
Baixas	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>
SalDOS em 31 de dezembro de 2015	13	(3)	10
Adições	<u>1</u>	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	<u>14</u>	<u>(5)</u>	<u>9</u>

9. INTANGÍVEL

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	90	(15)	75
Amortização	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	90	(17)	73
Amortização	-	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>90</u>	<u>(20)</u>	<u>70</u>

O Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços Públicos de Gás Combustível Canalizado, celebrado em 12 de setembro de 2001 entre o Estado de Goiás (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária), regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado pela Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado por meio de mecanismo de tarifa estabelecido no contrato de concessão com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias, que devem ser suficientes para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de gás canalizado da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1)– Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos aos seus operadores, com o objetivo de refletir o negócio de distribuição de gás canalizado, abrangendo o ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, nesse caso, do consumo de gás canalizado pelos consumidores.

A infraestrutura construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de consumo de gás) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base no saldo dos bens não depreciados ao término da concessão.

10. DIFERIDO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas com pessoal	599	599
Remuneração da Administração	810	810
Impostos e taxas	82	82
Serviços de terceiros	538	538
Receitas financeiras	(1.524)	(1.524)
Despesas gerais e administrativas	1.016	1016
Depreciação	78	78
Subtotal	<u>1.599</u>	<u>1.599</u>
Amortização acumulada	<u>(1.599)</u>	<u>(1.470)</u>
Total	<u>-</u>	<u>129</u>

A Companhia reconheceu despesa com amortização do diferido no montante de R\$129, calculada à taxa de amortização de 10% ao ano.

11. FORNECEDORES

O saldo da Companhia no montante de R\$ 214 (R\$ 111 em 2015) é composto, principalmente, pelo fornecedor Gáslocal - GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital subscrito é de R\$6.000, estando integralizado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o montante de R\$5.234, representado por 3.000.000 de ações sem valor nominal e não conversíveis de uma espécie em outra.

A composição da quantidade das ações em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está demonstrada como segue:

<u>Ações ordinárias</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Participação no capital social - %</u>
Governo do Estado de Goiás	510.000	51,00
GASGOIANO S.A.	295.000	29,50
Petrobras Gás S.A. - GASPETRO	195.000	19,50
Total das ações ordinárias	<u>1.000.000</u>	<u>100,00</u>
<u>Ações preferenciais</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Participação no capital social - %</u>
GASGOIANO S.A.	970.000	48,50
Petrobras Gás S.A. - GASPETRO	718.789	35,94
Empresa Sulamericana de Montagens S.A.	61.619	3,08
Goiás Construtora Ltda.	61.640	3,08
GAE Construção e Comércio Ltda.	61.640	3,08
Sobrado Construções Ltda.	61.640	3,08
GOIARTE - Goiás Artefatos de Cimento Ltda.	64.672	3,24
Total das ações preferenciais	<u>2.000.000</u>	<u>100,00</u>
Total de ações	<u>3.000.000</u>	<u>100,00</u>

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade de recebimento do dividendo mínimo obrigatório, cumulativo, de 75% do lucro líquido ajustado, bem como na distribuição de dividendo mínimo de 4%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de dividendos, quando superiores ao percentual mínimo assegurado.
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.
- Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes.
- Em caso de liquidação da Companhia, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta do seu capital social.

O Estatuto Social da Companhia prevê a seguinte destinação para os lucros líquidos auferidos em cada exercício social:

- 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do valor do capital social.
- 75% do lucro líquido ajustado em termos da Lei, a título de dividendo mínimo obrigatório.
- A assembleia geral determinará a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver.

13. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía contrato de seguro para os seguintes riscos:

<u>Riscos</u>	<u>Valor da cobertura</u>
Incêndio/raio/explosão	400.000
Perda/pagamento de aluguel	30.000
Responsabilidade civil em estabelecimentos comerciais e industriais	60.000
Equipamentos eletrônicos sem roubo	60.000
Despesas fixas	40.000
Roubo de bens	40.000
Danos elétricos	60.000

14. PARTES RELACIONADAS

A seguir demonstramos as transações e saldos com partes relacionadas:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Petrobras Distribuidora S.A. (a)		
Saldo do contas a receber	89	68
Venda de gás natural - receita	2.780	2.490
Gáslocal - GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda.: (b)		
Saldo de fornecedor	208	104
Aquisição de gás	2.807	2.478

- (a) Os saldos e as transações com a Petrobras Distribuidora S.A. são provenientes de venda de gás natural veicular, efetuadas com base em contrato de compra e venda celebrado entre as partes em 17 de maio de 2006.
- (b) O suprimento de gás natural no Estado de Goiás é proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, por meio de transporte de Gás Natural Liquefeito - GNL.

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de vendas	2.780	2.490
Impostos sobre vendas	<u>(459)</u>	<u>(415)</u>
Receita líquida	<u>2.321</u>	<u>2.075</u>

16. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Matéria-prima	(2.150)	(1.864)
Depreciação e amortização	(134)	(163)
Serviços profissionais	(134)	(129)
Despesas com pessoal	(197)	(161)
Aluguéis e condomínio	(18)	(16)
Telefone e energia elétrica	(6)	(7)
Associação de classe	(6)	(6)
Outras	<u>(97)</u>	<u>(33)</u>
Total	<u>(2.742)</u>	<u>(2.379)</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(2.150)	(1.864)
Despesas gerais e administrativas	<u>(592)</u>	<u>(515)</u>
Total	<u>(2.742)</u>	<u>(2.379)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras	60	70
Despesas financeiras	(5)	(4)
Resultado financeiro	<u>55</u>	<u>66</u>

18. ROYALTIES A PAGAR

De acordo com o contrato de concessão e legislação correlata, a Companhia é obrigada a pagar, ao Estado de Goiás, royalties equivalentes a 3% da receita líquida mensal resultante da venda de gás canalizado, mensalmente.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

d) Concentração de clientes

A Companhia possui atualmente um cliente.

e) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

20. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 17 de março de 2017, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.
